

PARECER DO CONTROLE INTERNO/2018

ORIGEM: Processo de Licitação – CONVITE Nº: 0023 - PMO/2018

ASSUNTO: Solicitação de Parecer

REQUERENTE: Comissão Permanente de Licitação

No cumprimento das atribuições estabelecidas nos Art. 31 e 74 da Constituição Federal, na Lei Municipal 6.652/2005, e demais normas que regulam as atribuições do Sistema de Controle Interno, referentes ao exercício do controle prévio e concomitante dos atos de gestão e, visando orientar o Administrador Público.

Veio ao conhecimento desta Unidade Central de Sistema de Controle Interno, o processo licitatório na modalidade CONVITE Nº. 0023- PMO/2018, que pede análise e parecer dos atos realizados pela Comissão Permanente de Licitação, que versa sobre a **contratação de empresa com fornecimento de material e mão de obra, para execução dos serviços de construção do barracão na Comunidade Cisto Rei, localizada na zona rural no município de Oriximiná, conforme anexo II do Instrumento Convocatório.**

O processo licitatório adotado foi na modalidade CONVITE, tipo Menor Preço previsto na Lei nº. 8.666/93, e demais normas pertinentes.

II – DA ANÁLISE PROCEDIMENTAIS

Em exame, quanto aos atos procedimentais na fase interna e externa verificou-se que:

1. O procedimento foi devidamente autuado e protocolado, com a numeração das páginas, contendo o carimbo do órgão e visto do responsável.
2. Consta a solicitação da cotação de preços destinado a estimar o valor do bem.
3. Consta ata da sessão de julgamento dos envelopes e habilitação.
4. Consta autorização do ordenador de despesas para abertura do processo licitatório na modalidade CONVITE.
5. Consta o despacho enviando às minutas do Instrumento Convocatório e seus Anexos para análise parecer jurídico.

6. Consta o parecer Jurídico, dando ciência que foram analisadas as minutas do Instrumento de Convocação e seus Anexos, quanto as suas legalidades previstas nesta Lei.

7. O Instrumento de Convocação está composto das cláusulas e anexos, concernentes ao que prever a legislação em vigor, devidamente analisado pelo setor jurídico visto que atende os requisitos legais.

8. Consta os recursos orçamentários previstos, identificados pelos códigos dos créditos próprios da classificação e da categoria de programação.

9. Consta a Portaria n.º 016/2018 que designa e nomeia os servidores que constituem a comissão permanente de licitação desta Prefeitura, para atuarem nas licitações.

Observo neste, que a Comissão Permanente de Licitação designada adotou as seguintes Leis:

Lei Federal Nº. 8.666/93, e demais normas pertinentes.

III – DA PUBLICAÇÃO

Com relação a publicação do processo licitatório na modalidade CONVITE, verifica – se que foi publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Pará.

IV – DO JULGAMENTO

No que tange aos julgamentos dos preços e documentos de habilitação, nenhuma anormalidade foi observada, os preços estão dentro da média, os documentos de habilitação estão regularmente adequados às exigências das Leis.

V - DOS FATOS

A Unidade Central de Controle Interno, em suas considerações, faz saber que, após exames detalhados dos atos procedimentais pela Comissão Permanente de Licitação, conclui-se, que nenhuma irregularidade foi levantada, entendendo que o procedimento realizado está de acordo com a legislação vigente.

VI - CONCLUSÃO

A Comissão Permanente de Licitação atendeu os requisitos das leis nas atividades realizadas, e sem nenhuma anormalidade, nota-se, que o processo licitatório na modalidade CONVITE cumpriu seu objetivo, tendo alcançado seu êxito na contratação.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
GABINETE CIVIL
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO



É o parecer, Salvo Melhor Juízo.

Oriximiná – PA, 02 de julho de 2018.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ
GABINETE CIVIL
SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

